ISSN: 2358-8829

A IMPORTÂNCIA DE UMA ETAPA PREPARATÓRIA EM LIBRAS PARA ALUNOS SURDOS ANTES DO INGRESSO NO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Leidson Bezerra da Rocha [1]
Leonardo Teixeira da Fonseca [2]
Aline Fernandes Batista [3]
Sirlene Vieira de Souza [4]

INTRODUÇÃO

A entrada no primeiro ano do Ensino Fundamental envolve novas relações com o conhecimento, com os professores e com os colegas. Para a criança surda que teve poucas oportunidades de interação em uma língua acessível, essa passagem pode acrescentar uma barreira linguística às exigências próprias da escolarização. O problema merece atenção porque a matrícula, embora necessária, não assegura que as explicações, as conversas e as atividades tenham sentido para o estudante. É preciso considerar como ele se comunica e quais condições a escola oferece para que possa aprender.

A situação que orienta este trabalho é a de crianças surdas que convivem com familiares ouvintes não usuários da Libras e chegam à escola com experiências linguísticas restritas. Isso não significa que todas as famílias ouvintes tenham a mesma trajetória ou que essas crianças estejam sem qualquer forma de comunicação. Gestos, apontamentos, expressões e sinais utilizados em casa podem constituir recursos importantes de interação. A questão é saber se a criança encontra oportunidades contínuas

[1] Mestrando em Educação Inclusiva no Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva (PROFEI), Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). E-mail: leidson.rocha.profei@alunos.uneal.edu.br;
[2] Mestrando em Educação Inclusiva no Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva (PROFEI), Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). E-mail: leonardo.fonseca.profei.t5@alunos.uneal.edu.br;
[3] Mestranda em Educação Inclusiva no Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva (PROFEI), Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). E-mail: alinefclara@gmail.com;
[4] Orientadora. Doutora e professora adjunta da Universidade de Pernambuco (UPE). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva (PROFEI), Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). E-mail: sirlene.souza@uneal.edu.br;

ISSN: 2358-8829

para participar de conversas, formular perguntas e construir narrativas em uma língua compartilhada.

Santos e Carvalho (2016) analisaram a comunicação de uma criança surda com sua mãe ouvinte e identificaram o uso de gestos, gestos caseiros, língua oral e Libras. O estudo mostra uma situação concreta em que a relação familiar precisa ser compreendida em sua diversidade. Seus resultados não autorizam generalizações sobre todas as famílias, mas ajudam a formular o problema do acesso linguístico e da orientação oferecida aos responsáveis.

Nessa perspectiva, a expressão etapa preparatória em Libras designa, neste artigo, um conjunto articulado de ações pedagógicas voltadas ao desenvolvimento linguístico antes da transição para o Ensino Fundamental. Trata-se de uma proposta integrada à Educação Infantil, com continuidade na escolarização, e não da criação de um novo nível de ensino. Seu sentido é oferecer condições para que a criança participe de experiências em Libras desde cedo, sem exigir que demonstre fluência para ingressar no primeiro ano.

A proposta dialoga com a educação bilíngue de surdos, definida pela Lei nº 14.191/2021 em torno da Libras como primeira língua e do português escrito como segunda língua. Essa lei prevê a oferta desde o início da Educação Infantil e preserva as prerrogativas de matrícula em escolas e classes regulares, conforme a decisão do estudante ou de seus responsáveis (Brasil, 2021). O acesso à língua, portanto, precisa ser pensado como responsabilidade da oferta educacional, e não como condição que a criança deve cumprir previamente.

O objetivo geral é discutir a importância de uma etapa preparatória em Libras para crianças surdas antes do ingresso no primeiro ano do Ensino Fundamental. Como objetivos específicos, busca-se examinar barreiras à comunicação familiar, relacionar o acesso à Libras à organização de ambientes educativos bilíngues e apresentar possibilidades de trabalho pedagógico para a Educação Infantil e a transição escolar. A relevância da discussão está na necessidade de planejar essa passagem a partir das experiências linguísticas reais de cada criança.

ISSN: 2358-8829

METODOLOGIA1

O trabalho caracteriza-se como estudo qualitativo de natureza bibliográfica, desenvolvido por meio de revisão narrativa, com apoio de análise documental. O recorte reúne produções selecionadas intencionalmente por sua relação com política linguística para surdos, comunicação entre familiares ouvintes e crianças surdas, Educação Infantil e ensino do português escrito como segunda língua. Não se trata de uma revisão sistemática ou de levantamento exaustivo da produção científica.

Foram consultados Paterno (2007), Santos e Carvalho (2016), Martins, Albres e Sousa (2015), Ribeiro, Barbosa e Martins (2019), Garrutti e Moreira (2022) e Guerra (2016). A dissertação de Paterno integra a discussão sobre as condições institucionais de circulação da Libras. O trabalho de Guerra publicado em 2016 permite abordar o português escrito como segunda língua e contém uma referência à dissertação da autora de 2005. Essa última contribuição é utilizada apenas por citação de citação, sem atribuir ao presente estudo leitura direta da dissertação.

No eixo documental, foram considerados o Decreto nº 5.626/2005 e a Lei nº 14.191/2021. A leitura desses documentos foi direcionada às disposições relativas à oferta de Libras desde a Educação Infantil, à formação dos profissionais, à organização da educação bilíngue e à relação entre escolarização e apoio especializado. Os documentos são mobilizados como marcos normativos; sua existência não é tomada como prova de implementação integral nas escolas.

O procedimento de análise consistiu na identificação dos objetivos e das contribuições pertinentes ao recorte, seguida de comparação temática. A organização adotou quatro eixos: acesso linguístico na família; Libras e interação na Educação Infantil; condições institucionais para a educação bilíngue; e continuidade do desenvolvimento linguístico na transição para o primeiro ano. A síntese desses eixos orientou a elaboração das proposições pedagógicas apresentadas na discussão.

Não foram realizadas entrevistas, observações de turmas, aplicação de atividades ou coleta de dados com crianças e familiares neste trabalho. Assim, os resultados correspondem à interpretação das fontes consultadas. As situações pedagógicas descritas são exemplos propostos pelos autores para o planejamento educacional e não relatos de

ISSN: 2358-8829

uma intervenção avaliada. Essa delimitação evita confundir a fundamentação de uma proposta com a comprovação de seus efeitos.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial articula o acesso à língua de sinais às relações sociais e às condições de ensino. Para os estudantes contemplados pela proposta bilíngue, a Libras deve ocupar o lugar de língua de interação e de instrução. Chamar essa língua de L1 expressa seu papel na organização pedagógica; não significa presumir que toda criança surda já a tenha adquirido. Justamente por isso, a escola precisa conhecer o percurso linguístico do estudante antes de definir como desenvolver o trabalho.

Acesso linguístico e comunicação familiar

A dificuldade de comunicação familiar precisa ser examinada sem culpabilizar os responsáveis. O desconhecimento da Libras pode estar relacionado à ausência de orientação, à disponibilidade reduzida de cursos ou à dificuldade de contato com pessoas surdas. Ribeiro, Barbosa e Martins (2019) discutem a inserção das famílias em propostas bilíngues e apresentam um programa norueguês como referência para ações de formação. Sua contribuição permite pensar o apoio às famílias como parte da organização educacional.

Para o recorte deste artigo, interessa distinguir a resolução de necessidades imediatas da participação em conversas mais amplas. Uma criança pode conseguir pedir água por apontamento e, ainda assim, encontrar dificuldade para explicar uma experiência vivida, perguntar por que algo aconteceu ou compreender uma decisão da família. Propõe-se que o planejamento considere essas diferentes funções da comunicação, em vez de avaliar a interação apenas pelo atendimento de pedidos.

As formas de expressão já utilizadas pela criança devem ser acolhidas. O educador pode partir de gestos e interesses conhecidos, estabelecer atenção compartilhada e oferecer enunciados em Libras vinculados à situação. O objetivo proposto é ampliar as possibilidades de interlocução sem desvalorizar a história comunicativa familiar. O encontro com adultos proficientes e outros usuários da língua pode integrar esse percurso.

ISSN: 2358-8829

Libras e experiências na Educação Infantil

Martins, Albres e Sousa (2015) discutem o brincar em uma experiência escolar bilíngue e destacam a necessidade de língua compartilhada, professores bilíngues, educadores surdos e pares surdos. A análise permite compreender que estar fisicamente junto dos colegas não assegura participação nas negociações da brincadeira. Essa contribuição é especialmente pertinente para uma proposta que pretende fortalecer a comunicação antes da transição escolar.

Garrutti e Moreira (2022) analisaram interações em uma turma de Educação Infantil bilíngue, a partir de observações em três semestres e entrevistas com profissionais. Os resultados apontam a importância das trocas cotidianas em Libras para a apropriação da língua e a participação na rotina. O contexto investigado oferece fundamento para valorizar a continuidade das interações, mas não equivale a um teste da etapa preparatória aqui proposta.

A partir dessas contribuições, propõe-se organizar oportunidades de comunicação ao longo do dia: acolhimento, alimentação, organização dos materiais, brincadeira e exploração do ambiente. O ensino de Libras pode integrar atividades planejadas e também essas interações. Memorizar nomes de objetos, isoladamente, seria insuficiente para os objetivos da proposta, que incluem pedir esclarecimentos, compartilhar experiências e conversar com diferentes interlocutores.

Educação bilíngue e condições institucionais

Paterno (2007) examinou a política linguística da rede estadual de Santa Catarina e identificou tensões entre a valorização da Libras e o prestígio atribuído ao português. O estudo também apontou informações equivocadas sobre a língua e os estudantes surdos, além de desafios de formação profissional. Embora situado em outro período e contexto, oferece uma contribuição para questionar a distância entre reconhecimento formal e práticas escolares.

O Decreto nº 5.626/2005 prevê ações de ensino de Libras e de português como segunda língua desde a Educação Infantil, formação de profissionais e difusão da língua entre familiares e comunidade escolar. A Lei nº 14.191/2021 prevê materiais didáticos e professores bilíngues com formação adequada (Brasil, 2005, 2021). Na proposta deste

ISSN: 2358-8829

artigo, essas disposições fundamentam o planejamento de condições de oferta, respeitando as competências de cada sistema de ensino.

O espaço de apoio especializado pode colaborar com o desenvolvimento linguístico, mas a organização cotidiana da turma também precisa ser acessível. Propõe-se que o professor regente, o professor de Libras e os profissionais de apoio articulem objetivos, materiais e formas de acompanhamento. A atuação de cada profissional deve respeitar sua formação e suas atribuições. A tradução, quando necessária, precisa integrar uma proposta pedagógica que considere o repertório da criança.

Português escrito como segunda língua

Guerra (2005 apud Guerra, 2016) situa entre os desafios da educação de surdos a aprendizagem de uma língua cujas estruturas diferem da língua de sinais. No artigo consultado diretamente, Guerra (2016) analisa produções escritas de quatro estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental e discute o papel da Libras na aprendizagem da escrita. Esse recorte contribui para pensar a continuidade do ensino, sem permitir conclusões diretas sobre desempenho de crianças que ingressam no primeiro ano.

Para a etapa proposta, o português escrito pode aparecer em livros, nomes próprios, listas e outros textos com função reconhecível. O fortalecimento da Libras não exige suspender todo contato com a escrita até que a criança atinja um suposto domínio completo da L1. Propõe-se que a compreensão de experiências e narrativas seja mediada em Libras, enquanto a escrita é explorada como outra língua, com objetivos adequados à idade e às oportunidades anteriores de aprendizagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A síntese das fontes organiza o problema em dimensões que se relacionam: oportunidades de comunicação familiar, interação na Educação Infantil, condições institucionais e continuidade do ensino bilíngue. A interpretação desenvolvida neste artigo é que uma etapa preparatória ganha sentido quando atua sobre essas condições. Reduzi-la a um curso breve de vocabulário deixaria sem resposta a necessidade de interlocução cotidiana e de acesso ao currículo.

ISSN: 2358-8829

As fontes apresentam recortes distintos, incluindo análise de política linguística, estudo de caso familiar e investigação de interações escolares. Essa diversidade não permite estabelecer uma medida comum de eficácia nem afirmar que o programa proposto produzirá determinado ganho de aprendizagem. Permite, contudo, formular orientações coerentes com os problemas discutidos. As subseções seguintes desenvolvem essas orientações como proposta pedagógica a ser contextualizada e investigada.

Acolhimento e conhecimento do percurso linguístico

O início do trabalho pode incluir uma conversa com os responsáveis e momentos de interação lúdica com a criança. Interessa conhecer as pessoas com quem ela se comunica, os recursos que utiliza, os ambientes em que encontra usuários de Libras e seus temas de interesse. Esse levantamento deve servir ao planejamento, sem criar uma classificação rígida entre crianças prontas e não prontas para a escola.

Durante a brincadeira, o professor pode observar como a criança chama um interlocutor, acompanha uma narrativa visual, manifesta uma escolha e solicita ajuda. Se a atividade não for compreendida, recomenda-se rever sua apresentação, os materiais e a mediação antes de interpretar a resposta como dificuldade do estudante. Propõe-se registrar também o apoio oferecido, porque o desempenho observado depende das condições de participação.

Um registro inicial pode reunir descrições breves das interações e dos recursos que favoreceram a compreensão. Por exemplo, pode indicar que a criança participou melhor quando os objetos estavam disponíveis para manipulação ou quando recebeu demonstração acompanhada de Libras. Esses registros apoiariam a escolha das próximas experiências e a comunicação entre os profissionais, sem substituir uma avaliação linguística especializada quando ela for necessária.

Organização das experiências em Libras

A proposta pode ser desenvolvida na Educação Infantil com presença diária da Libras nas relações da turma e momentos planejados de exploração da língua. A intensidade do apoio e os objetivos devem considerar cada criança. Não se propõe uma duração universal de alguns meses nem uma certificação de conclusão, pois isso poderia converter o desenvolvimento linguístico em um prazo artificial.

ISSN: 2358-8829

Uma possibilidade de atividade é a brincadeira de mercado. Com embalagens e alimentos de brinquedo, o professor pode organizar situações de escolha, pedido, troca e comparação. A criança encontra motivos para se comunicar: pedir um produto, explicar uma preferência ou perguntar o que o colega deseja. O vocabulário é retomado em enunciados vinculados à ação, e os papéis podem variar conforme o interesse e as possibilidades de participação.

Outra proposta é a construção de narrativas a partir de livros ilustrados ou sequências de imagens. O educador apresenta a história em Libras, acolhe perguntas e permite que as crianças reorganizem os acontecimentos. Para quem inicia o contato com a língua, podem ser utilizados objetos, dramatização e sequências curtas. A complexidade seria ampliada conforme o acompanhamento das interações, preservando o sentido da narrativa.

Também podem ser trabalhadas experiências sobre identidade e cotidiano: pessoas da família, preferências, emoções, lugares conhecidos e atividades da escola. Fotografias autorizadas e desenhos podem apoiar conversas sobre situações concretas. Recomenda-se que os materiais não exponham a criança ou seus familiares de maneira constrangedora e que haja espaço para ela escolher o que deseja compartilhar.

Na organização visual, propõe-se cuidar da iluminação, da visibilidade dos interlocutores e da disposição dos materiais. O professor pode apresentar o objeto e sinalizar em momentos que permitam à criança alternar o olhar. A atenção visual precisa ser considerada nas instruções e nas interações entre colegas. Essas escolhas compõem uma hipótese de organização pedagógica e devem ser revistas a partir da participação observada.

Participação dos educadores surdos e das famílias

A presença de educadores surdos pode integrar a proposta com atuação pedagógica contínua e participação no planejamento. Recomenda-se que esses profissionais sejam reconhecidos por sua formação, conhecimento linguístico e contribuição docente. Na organização sugerida, poderiam desenvolver narrativas, brincadeiras e conversas, além de colaborar na seleção de materiais em Libras e na orientação da equipe.

ISSN: 2358-8829

A convivência com outras crianças surdas pode ser organizada em atividades regulares, respeitando as condições da rede e as decisões das famílias. Os encontros precisam ter objetivos pedagógicos e continuidade. Ao mesmo tempo, propõe-se criar possibilidades de comunicação com colegas ouvintes, por meio de experiências compartilhadas e aprendizagem de Libras na comunidade escolar. A responsabilidade por tornar a interação possível deve ser assumida pela instituição.

Para os familiares, sugerem-se encontros em horários viáveis, com temas ligados à vida diária. Um encontro pode explorar formas de conversar durante a refeição; outro, a leitura de uma história ou a expressão de sentimentos. A orientação deve valorizar o esforço dos responsáveis e oferecer oportunidades de prática. Entregar uma lista de sinais, sem espaço para conversar e esclarecer dúvidas, seria uma ação limitada diante dos objetivos apresentados.

Vídeos curtos em Libras podem apoiar a retomada em casa, desde que a família tenha acesso ao recurso e que ele seja acompanhado de orientação. O vídeo pode apresentar uma situação comunicativa e sugerir uma brincadeira, em vez de exigir uma reprodução mecânica. Recomenda-se prever alternativas presenciais e materiais acessíveis para quem não dispõe de internet ou equipamento adequado.

Acompanhamento e transição para o primeiro ano

O acompanhamento proposto é formativo e se apoia em registros de participação. O professor pode observar se a criança amplia suas iniciativas de comunicação, consegue compartilhar uma experiência com os recursos disponíveis ou participa de novas situações de brincadeira. Esses aspectos devem ser comparados com o próprio percurso do estudante e com as oportunidades oferecidas, evitando usar uma única atividade como medida de sua capacidade.

Portfólios podem reunir desenhos, descrições pedagógicas e, quando autorizados, registros em vídeo de interações. O registro deve indicar o contexto, os interlocutores e os apoios utilizados. Sua finalidade é orientar decisões de ensino. Gravações exigem cuidados com autorização, finalidade, acesso e proteção da imagem; não devem ser utilizadas para divulgação pública sem consentimento específico.

ISSN: 2358-8829

Na passagem para o primeiro ano, propõe-se uma reunião entre os profissionais das duas etapas e os responsáveis. O documento de transição pode apresentar interesses da criança, formas de comunicação, experiências realizadas e recursos que favoreceram a participação. Recomenda-se evitar descrições que reduzam o estudante àquilo que ainda não faz. O registro deve permitir ao novo professor dar continuidade ao trabalho.

A criança que chega ao Ensino Fundamental com pouco acesso anterior à Libras precisa encontrar apoio linguístico dentro de sua escolarização. A proposta deve continuar com adequação à idade e ao currículo, sem exigir que ela permaneça afastada da turma até adquirir uma língua. O acesso aos conhecimentos escolares e o desenvolvimento da comunicação devem ser planejados conjuntamente.

Condições de implementação e limites da proposta

A implementação exigiria planejamento da rede de ensino, disponibilidade de profissionais com formação adequada e tempo para trabalho conjunto. Caberia à gestão mapear a demanda, organizar materiais, viabilizar participação familiar e acompanhar a continuidade da oferta. A proposta precisa ser ajustada aos contextos locais, inclusive às dificuldades de transporte e à distribuição de profissionais.

O apoio de centros especializados pode integrar esse planejamento, desde que suas atividades sejam articuladas com a escola. Recomenda-se definir o que será desenvolvido em cada espaço e como os registros orientarão a prática da turma. A presença em um serviço especializado, por si só, não informa se o estudante encontra comunicação acessível durante sua jornada escolar.

O principal limite do artigo é a ausência de avaliação empírica da proposta. Estudos posteriores poderão investigar sua implementação em diferentes contextos, acompanhando a participação das crianças e a relação com as famílias. Para isso, será necessário definir procedimentos de coleta, critérios de análise e cuidados éticos. Neste trabalho, a contribuição consiste na formulação fundamentada de possibilidades de organização pedagógica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo discutiu a importância de organizar experiências em Libras antes da transição para o primeiro ano do Ensino Fundamental. A síntese bibliográfica sustenta a atenção às relações familiares, às interações da Educação Infantil e às condições institucionais de ensino. A etapa preparatória foi compreendida como uma proposta de acolhimento e desenvolvimento linguístico, integrada à educação bilíngue e com continuidade ao longo da escolarização.

A proposta inclui conhecer o percurso comunicativo da criança, planejar brincadeiras e narrativas em Libras, envolver educadores surdos e oferecer orientação às famílias. O português escrito deve ser trabalhado como segunda língua em experiências adequadas à idade. Essas ações procuram responder às barreiras discutidas, mas sua eficácia dependerá de implementação e investigação posteriores.

A responsabilidade pela preparação também pertence à escola e à rede de ensino. Cabe-lhes organizar um ambiente em que a criança possa se comunicar e aprender, inclusive quando chega com pouco contato prévio com Libras. O desenvolvimento linguístico não pode ser convertido em requisito de matrícula, justificativa de retenção ou afastamento do currículo. A contribuição central da proposta é orientar o planejamento de uma transição que preserve o acesso à língua e ao conhecimento.

Palavras-chave: Educação de surdos, Libras, Educação Infantil, Aquisição da linguagem, Educação bilíngue.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 3 out. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14191.htm. Acesso em: 3 out. 2026.

GARRUTTI, Érica Aparecida; MOREIRA, Tarsila Nunes de Andrade. A criança surda na educação infantil bilíngue: a importância do social para a construção da linguagem. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 48, e234024, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248234024. Acesso em: 3 out. 2026.

GUERRA, Gleidis Roberta. Ensino do português como segunda língua para o aluno surdo. **Revista de Estudos Aplicados em Educação**, São Caetano do Sul, v. 1, n. 2, p. 100-111, 2016. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_estudos_aplicados/article/viewFile/4366/2060. Acesso em: 3 out. 2026.

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira; ALBRES, Neiva de Aquino; SOUSA, Wilma Pastor de Andrade. Contribuições da Educação Infantil e do brincar na aquisição de linguagem por crianças surdas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 26, n. 3, p. 103-124, 2015. DOI: https://doi.org/10.1590/0103-7307201507805. Acesso em: 3 out. 2026.

PATERNO, Uéslei. **A política lingüística da rede estadual de ensino em Santa Catarina em relação à educação de surdos**. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/89564. Acesso em: 3 out. 2026.

RIBEIRO, Viviane Lameu; BARBOSA, Raquel Lazzari Leite; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto Oliveira. Pais ouvintes e filhos surdos: o lugar das famílias em propostas educacionais bilíngues. **Educação, Santa Maria**, v. 44, 2019. DOI: https://doi.org/10.5902/1984644435150. Acesso em: 3 out. 2026.

SANTOS, Layane Rodrigues de Lima; CARVALHO, Denise Moura. Pais ouvintes, filho surdo: causas e consequências na aquisição da língua de sinais como primeira língua. **Revista Sinalizar**, Goiânia, v. 1, n. 2, p. 190-203, 2016. DOI: https://doi.org/10.5216/rs.v1i2.41493. Acesso em: 3 out. 2026.